

RELATÓRIO DE ATIVIDADE E CONTAS EXERCÍCIO DE 2020



Fundação
Montepio

Valores que nos unem

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

2. ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO MONTEPIO DE ACORDO COM AS LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA (LOE) E O PLANO DE AÇÃO PARA 2020

2.1. Análise global da atividade

2.2. Projetos próprios da Fundação

2.2.1. Frota Solidária

2.2.2. Prémio Voluntariado Jovem

2.3. Projetos apoiados no âmbito do combate à pandemia COVID-19

2.4. Atividade desenvolvida no âmbito da Linha de Orientação Estratégica I (LOE I – Promoção de respostas económicas, sociais e ambientais inovadoras e sustentáveis)

2.5. Atividade desenvolvida no âmbito da Linha de Orientação Estratégica II (LOE II – Capacitação da economia social e dinamização da cidadania ativa)

2.6. Atividade desenvolvida no âmbito da Linha de Orientação Estratégica III (LOE III – Consolidação da intervenção em todo o território nacional através da cooperação com vários parceiros locais)

2.7. Atividade desenvolvida no âmbito da Linha de Orientação Estratégica IV (LOE IV – Reforço do papel da Fundação como protagonista da responsabilidade social externa do Grupo Montepio)

3. CONCLUSÃO

4. ANÁLISE FINANCEIRA

4.1. Balanço

4.2. Demonstração de Resultados

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano em que a Fundação Montepio cumpriu o seu 25.º aniversário foi marcado por um quadro de pandemia que a desafiou a alinhar a atividade com novas necessidades e adversidades e a procurar respostas adequadas ao novo contexto.

Em conformidade, foram várias as iniciativas de apoio levadas a cabo pela Fundação, as quais permitiram, de acordo com os seus valores fundacionais, contribuir para a redução do impacto da pandemia na comunidade em geral e, principalmente, das pessoas mais vulneráveis, através de um conjunto de ações realizadas autonomamente ou em parceria com outras organizações da Economia Social.

O presente documento pretende relatar as principais iniciativas e apoios concedidos, neste ano atípico, onde, ao longo do qual, se procurou, sempre, a convergência entre os objetivos de cada um dos projetos e/ou entidades apoiadas e as Linhas de Orientação Estratégica definidas para a Fundação.

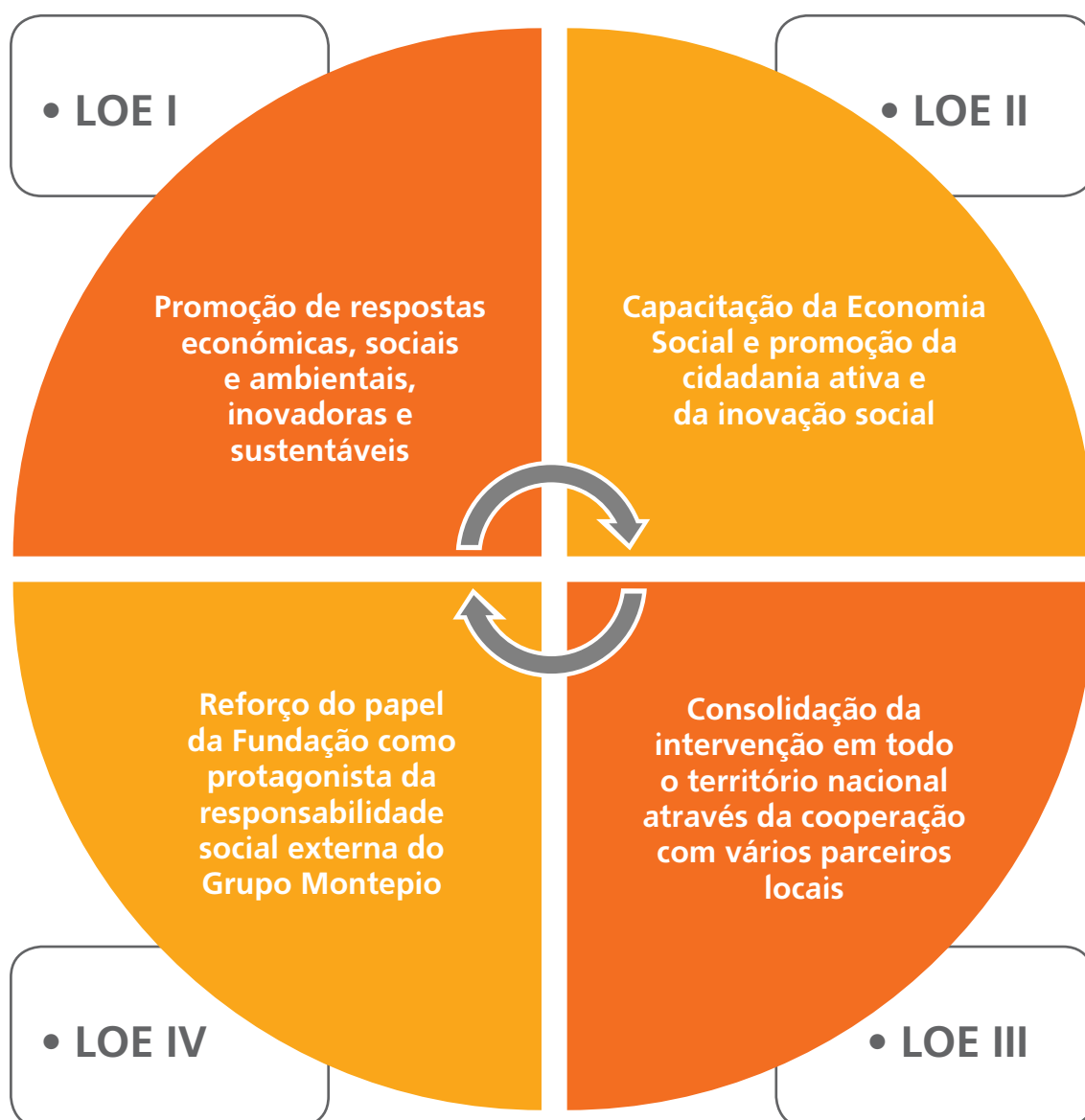
A atividade realizada ao longo do ano espelha, também, o esforço combinado com múltiplos atores da Economia Social, reflexo da nossa matriz de valores institucionais, que nos conduz ao trabalho mútuo, ao serviço da sociedade. Mas, a obra nunca está acabada e tanto há, ainda, para continuar a fazer.

Com as melhores saudações mutualistas.

Virgílio Boavista Lima
Presidente da Fundação Montepio

2. ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO MONTEPIO DE ACORDO COM AS LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA (LOE) E O PLANO DE AÇÃO PARA 2020

Em cumprimento com as Linhas de Orientação Estratégica (LOE) e o Plano de Ação definido, é apresentada a atividade da Fundação relativa ao ano de 2020.



2.1. ANÁLISE GLOBAL DA ATIVIDADE

Procedendo a uma análise global da atividade, importa referir que, para além dos apoios financeiros concedidos a projetos sociais, a Fundação manteve a sua aposta na sociedade comercial anónima “SAS Apostas Sociais, Jogos e Apostas *Online*, SA”, criada no ano de 2017 para exploração de jogos e apostas *online*.

Em 2020 esta sociedade promoveu um aumento de Capital no qual a Fundação participou através da subscrição de 375 ações, com um valor nominal de 100,00 euros, num montante de 37 500,00 euros. O Capital Social da “SAS Apostas Sociais” ascendeu ao valor de 749 900,00 euros, mantendo a Fundação uma participação de 15%, agora com um valor de 112 500,00 euros.

Com cerca de dois anos e meio de atividade de exploração de apostas desportivas *online*, numa indústria que requer elevados níveis de investimento, a “SAS Apostas Sociais” atravessa um período de estabilização económico-financeira. Porém, a difícil conjuntura de 2020 teve impacto direto nos seus resultados, perspetivando-se que o retorno previsto aos acionistas não seja possível já no próximo ano. No entanto, a empresa encontra-se numa fase de crescimento acentuado e propõe-se a objetivos agressivos para 2021, de forma a colmatar o impacto desta crise.

Em termos de receitas, a Fundação Montepio contou, em 2020, como fontes de financiamento para apoio a projetos sociais, com a dotação da Associação Mutualista Montepio, no valor de 500 000 euros, com a dotação do Banco Montepio por via do Cartão +Vida, no valor de 16 654,86 euros, e com a Consignação fiscal relativa a 2018, no valor de 104 866,21 euros.

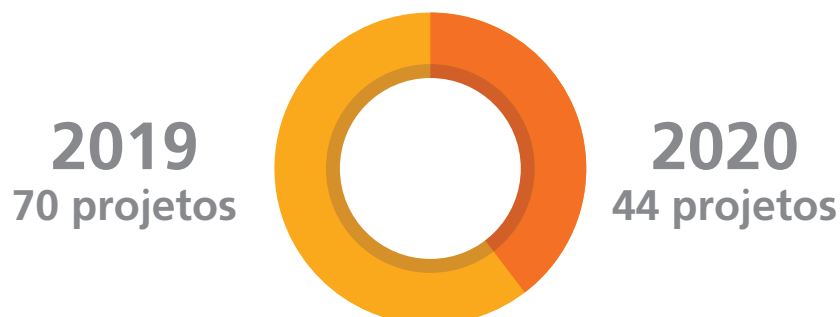
Ao longo do ano, deram entrada no Gabinete de Responsabilidade Social perto de duas centenas de pedidos de apoio espontâneos, 181 candidaturas ao projeto Frota Solidária, para atribuição na edição de 2021, e sete candidaturas ao Prémio Voluntariado Jovem, tendo todos sido objeto de análise e resposta por parte da equipa.

Em 2020 a Fundação Montepio apoiou um total de 44 projetos / instituições a que correspondeu, em termos financeiros, um valor global concedido de 718 834,19 euros.

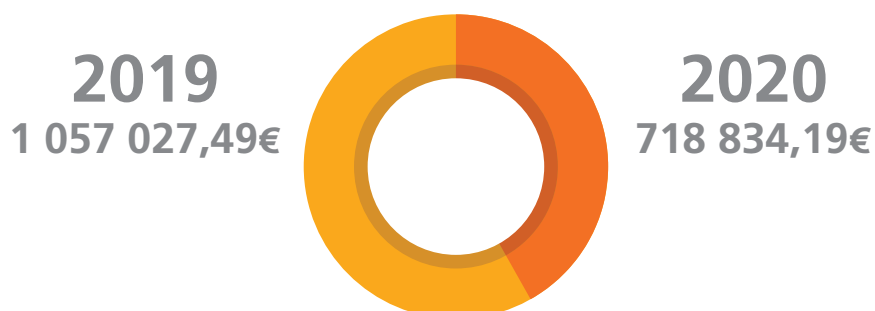
Face ao ano de 2019, registou-se uma diminuição tanto do valor total de apoios como do número de projetos apoiados. Esta diminuição da atividade reflete a redução da dotação orçamental concedida pela Associação Mutualista em 2020 (50% da dotação registada em anos anteriores).

Relativamente ao valor médio por projeto apoiado regista-se um ligeiro aumento, para 16 337,14 euros, comparativamente com o valor de 15 100,39 euros, verificado em 2019.

N.º DE PROJETOS APOIADOS



VALOR COMPARATIVO DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS



VALOR MÉDIO DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

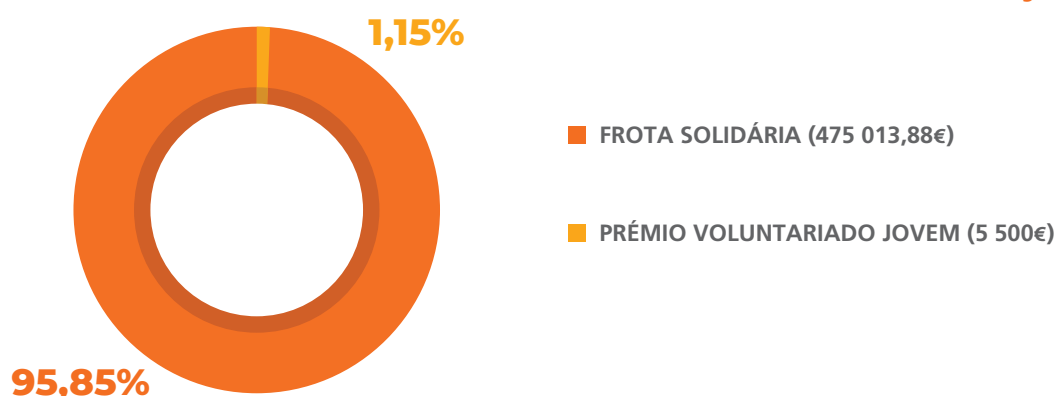


Dos 718 834,19 euros concedidos pela Fundação Montepio a projetos de apoio social, 480 513,88 euros foram canalizados para projetos próprios da Fundação (projetos sujeitos a candidatura promovida pela Fundação Montepio): projeto Frota Solidária Montepio (13.^a edição) e Prémio Voluntariado Jovem Montepio (10.^a edição).

O valor alocado aos projetos próprios da Fundação em 2020 (480 513,88 euros) foi inferior ao valor afeto a este tipo de projetos em 2019 (865 795,84 euros). Esta redução deve-se ao facto de não ter sido realizado o programa FACES – Financiamento e Apoio para o Combate à Exclusão Social, que, em 2019, alocou um valor de 301 805 euros.

O projeto Frota Solidária consumiu cerca de 66% do total de financiamentos concedidos em 2020, percentagem superior ao verificado em 2019 (52,4% dos financiamentos concedidos).

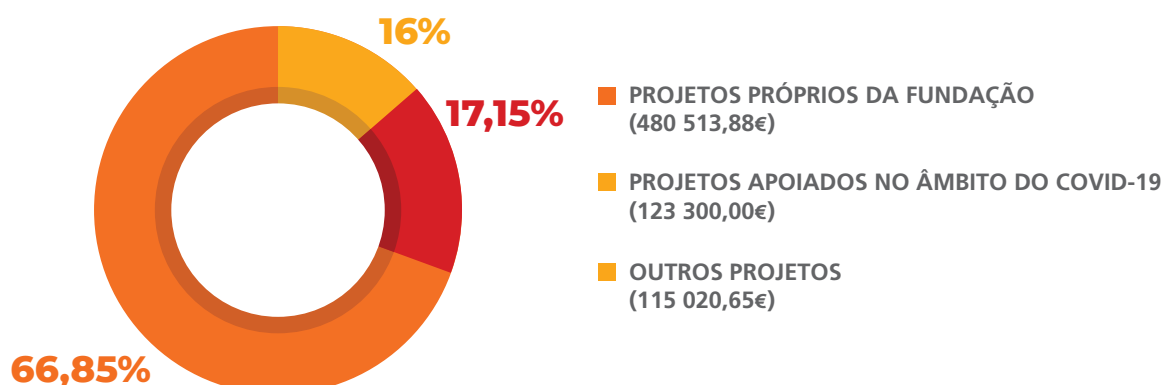
VALOR AFETO A PROJETOS PRÓPRIOS DA FUNDAÇÃO



Em termos percentuais, os projetos próprios da Fundação consumiram em 2020 cerca de 66,85% do valor total dos apoios concedidos. Uma parte significativa dos apoios concedidos, cerca de 17,15%, foi alocada a iniciativas no âmbito da prevenção ao COVID-19.

Os restantes apoios, cerca de 16%, foram aplicados noutros projetos e parcerias a que a Fundação deu continuidade em 2020, como é o caso do CRIDEM, do projeto Mobilidade Positiva, do projeto Cuidar Melhor promovido pela Associação Alzheimer Portugal, entre outros, que serão objeto de relato neste documento.

COMPARAÇÃO ENTRE OS VALORES AFETOS A PROJETOS PRÓPRIOS, PROJETOS APOIADOS NO ÂMBITO DO COVID-19 E OUTROS APOIOS



O quadro seguinte pretende demonstrar a relação existente entre as receitas recebidas e a atividade realizada pela Fundação no âmbito dos apoios sociais.

DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE APOIOS POR RECEITA ORÇAMENTAL

APOIOS CONCEDIDOS PELA FUNDAÇÃO	N.º DE PROJETOS	OBJETIVO	VALOR (em euros)
No âmbito da receita orçamental proveniente da Consignação Fiscal recebida em 2019 + parte da receita orçamental anual concedida pela Associação Mutualista Montepio	15	Frota Solidária	475 013,88
No âmbito de parte da receita orçamental anual concedida pela Associação Mutualista Montepio	4	Prémio Voluntariado Jovem	5 500,00
	3	Projetos apoiados no âmbito do COVID-19	123 300,00
	18	Outros projetos	97 656,35
No âmbito da receita orçamental concedida pelo Banco Montepio	4	Instituições clientes apoiadas no âmbito do Cartão +Vida	17 363,96
TOTAL	44		718 834,19

Em 2020, a Fundação investiu 475 013,88 euros no projeto Frota Solidária Montepio. Este projeto teve a sua origem sedimentada na primeira consignação fiscal recebida, e possibilitou, ao longo das primeiras edições, apenas com esses valores, a aquisição integral das viaturas oferecidas às IPSS. Nos últimos anos, o valor anual recebido da consignação fiscal tem vindo a sofrer reduções, pelo que, para manter a aquisição e transformação do número de viaturas, a Fundação tem alocado uma parcela cada vez maior do seu orçamento anual (dotado pela Associação Mutualista Montepio) em benefício deste projeto. Em 2020, investiu com a aquisição e transformação das 15 viaturas cerca de 73% (346 735,02 euros) do seu custo total (475 013,88 euros), tendo o restante valor (128 268,86 euros) sido recebido em 2019 por via da consignação fiscal.

Os donativos atribuídos às instituições beneficiárias do Cartão + Vida resultam de uma dotação orçamental do Banco Montepio, por apuramento dos pontos “batch” daquele produto (Cartão de Crédito +Vida). Trata-se de um projeto desenvolvido em parceria com o Banco Montepio, cuja efetivação conta com o envolvimento da Fundação na gestão das verbas a atribuir semestralmente e na seleção das organizações beneficiárias.

A dotação orçamental proveniente da Associação Mutualista Montepio sofreu, em 2020, uma redução de 50% face aos anos anteriores, passando assim para 500 000,00 euros. Num ano atípico e onde surgiram outras necessidades provenientes das instituições e da comunidade face ao contexto pandémico, a Fundação procurou manter alguns dos projetos próprios (Frota Solidária e Prémio Voluntariado Jovem), tendo havido necessidade de suspender o programa FACES – Financiamento e Apoio para o Combate à Exclusão Social, para responder, não só às necessidades decorrentes do contexto (no apoio a projetos no âmbito da prevenção ao COVID-19), mas também para dar continuidade a algumas iniciativas desenvolvidas, ou não, em parceria, em cumprimento das Linhas de Orientação Estratégica e do Plano de Ação definidos.

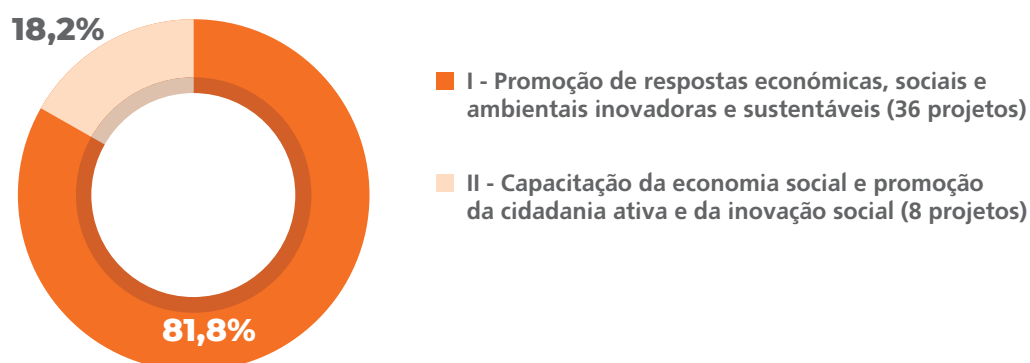
Os quadros e gráficos seguintes retratam a distribuição dos apoios concedidos, agrupados pelas Linhas de Orientação Estratégica I e II.

As Linhas de Orientação Estratégica III e IV, dado que funcionam como princípios orientadores, foram transversais à atividade desenvolvida e são descritas nos pontos 2.6 e 2.7 deste Relatório.

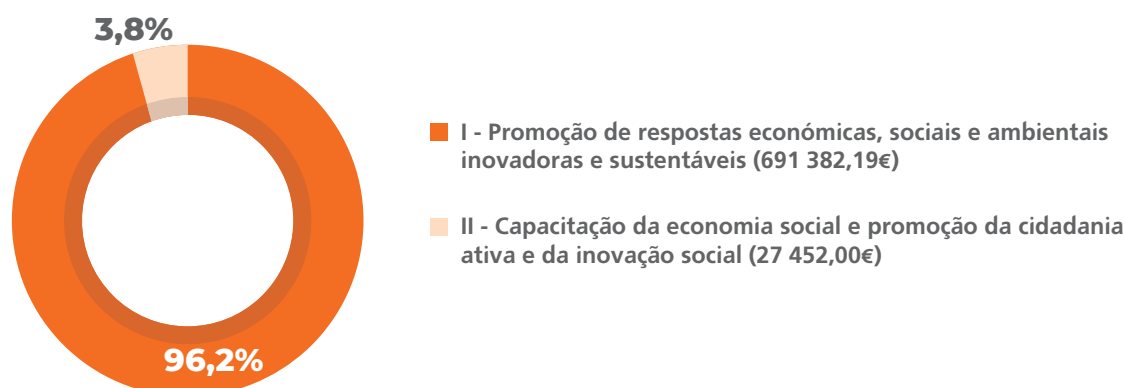
DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS PELA FUNDAÇÃO POR LOE (LOE I E LOE II)

LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA	N.º DE PROJETOS	VALOR (em euros)
I - Promoção de respostas económicas, sociais e ambientais inovadoras e sustentáveis	36	691 382,19
II - Capacitação da Economia Social e promoção da cidadania ativa e da inovação social	8	27 452,00
TOTAL	44	718 834,19

DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DA FUNDAÇÃO POR LOE (EM NÚMERO DE PROJETOS)



DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DA FUNDAÇÃO POR LOE (EM VALOR)



2.2. PROJETOS PRÓPRIOS DA FUNDAÇÃO

A análise global da atividade já permitiu referir estes projetos. No entanto, dada a importância que assumem em termos do envolvimento do Grupo Montepio e da Fundação enquanto entidade promotora, merecem maior aproximação em termos de relato.

2.2.1. FROTA SOLIDÁRIA



Ao **Frota Solidária Montepio** é um dos projetos mais emblemáticos da Fundação, cujo objetivo último é o de contribuir para uma sociedade mais inclusiva, coesa e solidária, através da atribuição de viaturas adaptadas a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

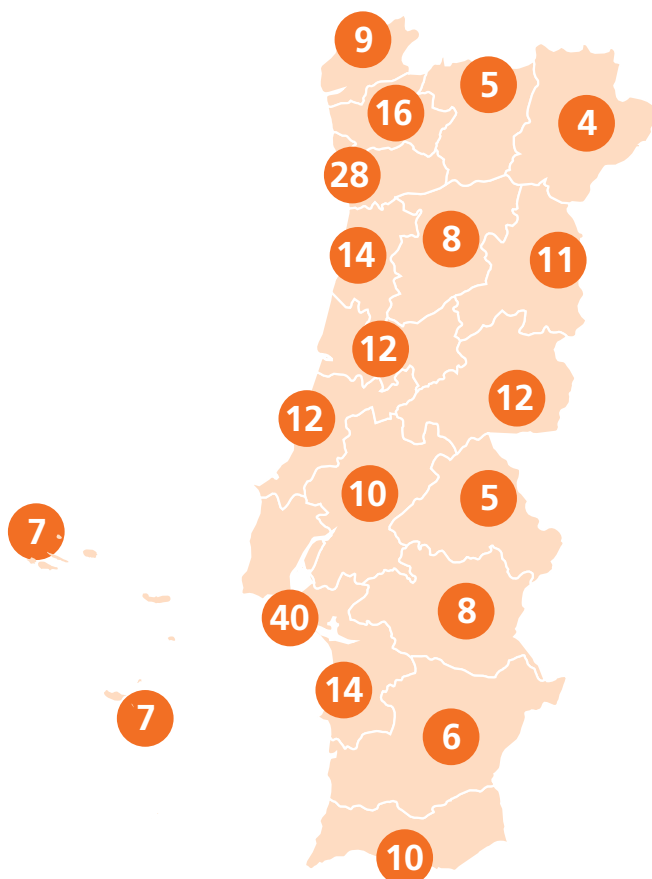
Esta iniciativa concretiza-se numa cadeia de valor empenhada, articulada e orientada para a promoção da inclusão e para a redução das desigualdades sociais, e envolve os contribuintes, através da consignação fiscal; a Fundação Montepio enquanto entidade promotora, financiadora e distribuidora das viaturas; a seguradora Lusitânia, que oferece a primeira anuidade do seguro automóvel; a empresa Auto Ribeiro, que adapta e transforma as viaturas; e as IPSS beneficiadas, que atuam junto dos públicos mais vulneráveis.

Através da atribuição de viaturas adaptadas a IPSS, a Fundação Montepio responde ao objetivo de “redução das desigualdades”, fixado pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para uma sociedade mais coesa e solidária, para a melhoria da qualidade dos serviços e das respostas sociais oferecidas pelas IPSS e para a redução do isolamento da população.

Este projeto, implementado em 2008, destina-se a IPSS que trabalham com públicos vulneráveis, em especial pessoas portadoras de deficiência,



**NÚMERO DE VIATURAS (238) DISTRIBUÍDAS
PELO PAÍS AO LONGO DE 13 EDIÇÕES**





crianças e jovens, pessoas idosas e população económica e socialmente desfavorecida, e surge este ano totalmente alinhada com as preocupações ambientais.

Nesta 13.ª edição da Frota Solidária, que recebeu 282 candidaturas, foram atribuídas 15 viaturas adaptadas a igual número de IPSS, das quais 14 viaturas híbridas e uma totalmente elétrica. Deste modo, a Fundação Montepio, através deste projeto de cariz prioritariamente social, contribui também para a redução do impacto ambiental. Foi dada prioridade à escolha de veículos movidos por fontes de energia mais ecológicas, os quais, além de se tornarem mais amigos do planeta, também usufruem de benefícios fiscais e de redução de custos de combustível.



Desde 2008, e ao longo de 13 edições, o projeto já assegurou a entrega de 238 viaturas, através de uma seleção de candidaturas que procura garantir uma distribuição geográfica adequada, mas também segundo critérios de equidade suscetíveis de satisfazer necessidades distintas e de reconhecimento do mérito e da qualidade da intervenção assegurada por cada uma da IPSS beneficiadas.

Este ano, as 15 viaturas foram entregues, quase na totalidade, em Lisboa, em dezembro de 2020, e beneficiaram as seguintes instituições:

INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS COM A FROTA SOLIDÁRIA EM 2019

ENTIDADE	DISTRITO	ÁREA DE INTERVENÇÃO	VALOR (em euros)
Santa Casa da Misericórdia de Vagos	Aveiro	Comunidade	31 252,38
Associação de Solidariedade Social Nossa Senhora do Mar	Beja	Envelhecimento	31 252,38
Centro Social Paroquial de S. Lázaro	Braga	Comunidade	31 252,38
ENGENHO - Associação Desenvolvimento Local do Vale do Este	Braga	Comunidade	31 252,38
Centro Social Nossa Senhora das Neves de Malpica do Tejo	Castelo Branco	Envelhecimento	31 252,38
Santa Casa da Misericórdia de Boticas	Vila Real	Comunidade	31 252,38
Centro Social Quinta do Monterroso da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S. Romão	Guarda	Envelhecimento	31 252,38
AMITEI - Associação de Solidariedade Social de Marrazes	Leiria	Envelhecimento	31 252,38
Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canavezes	Porto	Comunidade	31 252,38
Associação Nomeiodonada IPSS - Kastelo	Porto	Comunidade	31 252,38
Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira	Setúbal	Comunidade	31 252,38
Centro Social Paroquial de Deão	Viana do Castelo	Comunidade	31 252,38
Associação de Solidariedade Social, recreativa e desportiva da freguesia de Vila Chã de Sá	Viseu	Comunidade	31 252,38
CERCIGUI - Cooperativa Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades de Guimarães	Braga	Deficiência	31 252,38
Patronato Nossa Senhora da Bonança	Viana do Castelo	Infância e Juventude	37 480,56

2.2.2. PRÉMIO VOLUNTARIADO JOVEM



O **Prémio Voluntariado Jovem**, iniciativa que concretizou este ano a sua 10.^a edição, e que visa potenciar o trabalho entre entidades da economia social, do setor público e privado, incentivando a participação, a partilha de práticas, olhares e saberes entre jovens e entre organizações de vários pontos do país.

De forma a adaptar-se ao contexto pandémico, em 2020, o Prémio Voluntariado Jovem Montepio foi lançado maioritariamente em formato *online*.



Foram apresentados sete projetos de intervenção social local, elaborados por jovens residentes em comunidades de áreas geográficas distintas do país (Porto, Lisboa, Évora e Faro).

Os sete projetos foram avaliados por um júri constituído por elementos maioritariamente externos, representantes das seguintes entidades: Associação Mutualista Montepio, Fundação Montepio, Centro Português de Fundações, Confederação Portuguesa de Voluntariado, Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, e GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial.

Foram apresentados os seguintes projetos:

PROJETO	PROJETO	DISTRITO
A Importância da Saúde Mental	Escola Associação 31 de janeiro	Lisboa
Campanha de Recolha de Bens e de Sensibilização para a Causa Animal	Escola Associação 31 de janeiro	Lisboa
Horta Comunitária na Escola 31 de Janeiro	Escola Associação 31 de janeiro	Lisboa
Atividade Ambiental na Praia das Avencas	Escola Associação 31 de janeiro	Lisboa
O Meu Bairro Decide - Orçamento Participativo da Quarteira	Associação Akredita em Ti	Faro
Voluntariado à Janela	Marca – Associação Desenvolvimento Local	Évora
Pegadas do Passado	Centro Social do Soutelo	Porto

A entidade vencedora foi a Associação Akredita em Ti, Quarteira, com o projeto “O Meu Bairro Decide – Orçamento Participativo da Quarteira”.

Este projeto é um instrumento de participação direta e ativa dos cidadãos na decisão política. É um processo verdadeiramente deliberativo que confere poder de decisão direto aos cidadãos. Através desta iniciativa, os moradores têm a oportunidade de decidir como investir determinada quantia do projeto no Bairro da Abelheira e Amendoeira. Esta iniciativa será organizada pelos três jovens voluntários, sob orientação e formação de profissionais da Associação Juvenil Akredita em Ti e de outra entidade parceira, a Associação Oficina de Planeamento e Participação. O projeto confere a responsabilidade de participação aos moradores nas respetivas Assembleias e concede-lhes o poder de apresentar projetos que serão submetidos a votação.

Este modelo pretende que os moradores apresentem propostas e que se mobilizem e apoiem a concretização das mesmas. Devem apresentar, discutir e votar projetos que beneficiem toda a comunidade. As propostas consideradas elegíveis são transformadas em projetos, com a indicação do respetivo orçamento, local de implementação e prazo previsto para execução.



Relativamente a esta edição do Prémio Voluntariado Jovem, houve ainda duas entidades segundas finalistas *ex aequo*: O Centro Social do Soutelo com o projeto “Pegadas do Passado” e a Marca - Associação de Desenvolvimento Local com o projeto “Voluntariado à Janela”.

A aplicabilidade e operacionalidade dos três projetos vencedores serão acompanhadas nos respetivos territórios pelos dinamizadores locais do Montepio.

Foi ainda atribuído, a título excecional, um donativo à Associação Escola 31 de janeiro, que embora não tenha visto nenhum dos quatro projetos apresentados selecionado, pretende proceder à implementação dos mesmos.

2.3. PROJETOS APOIADOS NO ÂMBITO DO COMBATE À PANDEMIA COVID-19

A Fundação Montepio concedeu um apoio financeiro ao **CEiiA – Centro de Engenharia para o Desenvolvimento do Produto**, para a concretização do projeto ATENA. Esta iniciativa consistiu,

numa primeira fase, no desenvolvimento e produção de ventiladores Atena V1 para os hospitais portugueses, tendo sido viabilizada pelo apoio de mecenas como a Fundação Montepio, a Fundação La Caixa / BPI, a REN, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Família Américo Amorim, a FLAD, a Cotesi, a EDP, entre outros, que permitiram o desenvolvimento e uma primeira produção de 100 unidades Atena V1, com a contrapartida de as mesmas serem distribuídas pelos hospitais em Portugal. Foram, também, exportadas 100 unidades para o Brasil, permanecendo no CEiiA as 100 unidades destinadas aos hospitais portugueses, das quais foram já entregues 20 unidades, entre o Hospital das Forças Armadas do Porto e de Lisboa, a Casa da Saúde da Boavista, o Hospital do Médio-Tejo e o Hospital de Braga.



No sentido de valorizar socialmente o conhecimento e a tecnologia desenvolvidos neste projeto, reduzindo os impactos sociais provocados pela pandemia, o CEiiA assinou um protocolo com o Banco Alimentar para doar uma percentagem das receitas associadas às vendas do ventilador Atena para fora de Portugal, tendo efetuado uma primeira entrega no valor de 34 626,00 euros que permitiu assegurar 170 424 refeições na Rede de Emergência Alimentar. Assim, o apoio dos mecenas permitiu não só a viabilização do desenvolvimento e da produção das primeiras 100 unidades do Atena V1 como também tornou possível este apoio ao Banco Alimentar, permitindo valorizar o conhecimento e a tecnologia aplicados com um retorno significativo para pessoas impactadas negativamente pela pandemia.

Entretanto, a evolução do Atena, para uma nova versão V2, está em curso, estando o desenvolvimento a ser realizado no âmbito do 4LifeLab, liderado pelo Hospital de São João, envolvendo a Escola de Medicina da Universidade do Minho, bem como várias empresas nacionais.

Ainda no âmbito do COVID-19, a Fundação concedeu um apoio financeiro à iniciativa promovida pela **Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade** (CNIS) e pela **Associação Portuguesa de Mutualidades/RedeMut**, destinada à aquisição urgente de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para seniores, pessoas com deficiência ou em situação de sem-abrigo em instituições de solidariedade.

Também no âmbito da resposta à pandemia, foi atribuído um donativo à **EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza** para aquisição de *kits* de prevenção e proteção contra a COVID-19. Esta iniciativa, Campanha SOS Comunidades Ciganas, permitiu apoiar um total de 184 famílias em situação de extrema vulnerabilidade, dos distritos de Bragança, Vila Real, Viseu e Leiria.

2.4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA LINHA DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA I (LOE I – PROMOÇÃO DE RESPOSTAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS, INOVADORAS E SUSTENTÁVEIS)

Para além dos projetos próprios, a Fundação garantiu a continuidade de algumas iniciativas desenvolvidas em parceria, tendo concedido apoios em conformidade com as prioridades desenhadas.

O quadro que se segue procura mostrar como estão distribuídos os apoios nesta LOE, agrupados por “objetivo geral” e por “área de intervenção”. Verifica-se uma concentração maior dos apoios no “objetivo geral 1”, tendência já verificada em anos anteriores, e que decorre do alinhamento com os próprios estatutos da Fundação.

É neste “objetivo” que se enquadram os apoios concedidos no âmbito da Frota Solidária, mas também os apoios no âmbito do combate à COVID-19, iniciativas que absorveram a maior parcela do orçamento, conforme já exposto neste documento.

LOE	OBJETIVO GERAL	ÁREA DE INTERVENÇÃO	N.º DE PROJETOS	VALOR (em euros)
I - Promoção de respostas económicas, sociais e ambientais, inovadoras e sustentáveis	1. Apoiar técnica e financeiramente projetos nas áreas da promoção dos direitos humanos, promoção da diversidade, solidariedade, saúde, educação e formação, numa ação complementar e não substitutiva do Estado	Comunidade	10	285 501,52
		Deficiência	7	74 148,63
		Envelhecimento	6	133 691,50
		Infância e Juventude	2	41 932,44
		Saúde	5	148 800,00
		Total	30	684 074,09
	2. Contribuir para a sustentabilidade dos projetos e para a avaliação do seu impacto social	Deficiência	1	922,50
		Infância e Juventude	1	885,60
		Total	2	1 808,10
	3. Sensibilizar a comunidade em geral para os domínios do mutualismo, da cidadania, voluntariado, ambiente e educação financeira	Voluntariado	4	5 500,00
		Total	4	5 500,00
	TOTAL		36	691 382,19

SÍNTESE DOS APOIOS CONCEDIDOS NO CONTEXTO DO OBJETIVO 1 DA LOE I, POR ÁREA DE INTERVENÇÃO

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	PROJETOS	VALOR (em euros)
Comunidade	Santa Casa da Misericórdia de Vagos	Frota Solidária	31 252,38
	Centro Social Paroquial de S. Lázaro	Frota Solidária	31 252,38
	ENGENHO - Associação Desenvolvimento Local do Vale do Este	Frota Solidária	31 252,38
	Santa Casa da Misericórdia de Boticas	Frota Solidária	31 252,38
	Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canavezes	Frota Solidária	31 252,38
	Associação Nomeiodonada IPSS - Castelo	Frota Solidária	31 252,38
	Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira	Frota Solidária	31 252,38
	Centro Social Paroquial de Deão	Frota Solidária	31 252,38
	Associação de Solidariedade Social, Recreativa e Desportiva da Freguesia de Vila Chã de Sá	Frota Solidária	31 252,38
	ACASO - Associação Cultural de Apoio Social de Olhão	Apoio para o reforço das EPI na instituição (Cartão +Vida)	4 230,10
	APPACDM Porto	CRIDEM	25 000,00
Deficiência	Mobilidade Positiva	Apoio a pessoas com dificuldades de mobilidade e acessibilidade	14 396,25
	CERCIGUI - Cooperativa Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades de Guimarães	Frota Solidária	31 252,38
	ASTA - Associação Socio Terapêutica de Almeida	1.º Prémio CRIDEM	1 500,00
	CAID - Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente	2.º Prémio CRIDEM	1 000,00
	APPACDM de Braga	Prémio Júri CRIDEM	500,00
	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Instituto Condessa de Rivas)	3.º Prémio CRIDEM	500,00
Envelhecimento	Associação de Solidariedade Social Nossa Senhora do Mar	Frota Solidária	31 252,38
	Centro Social Nossa Senhora das Neves de Malpica do Tejo	Frota Solidária	31 252,38
	Centro Social Quinta do Monterroso da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S. Romão	Frota Solidária	31 252,38
	AMITEI - Associação de Solidariedade Social de Marrazes	Frota Solidária	31 252,38
	Instituto Profissional do Terço	Apoio ao projeto Centro de Dia Terapêutico (Cartão +Vida)	4 451,88
	Associação Centro Social de Vale do Homem	Apoio ao Projeto Multissensorial da Casa da Alegria - ERPI (Cartão +Vida)	4 230,10

(continua na página seguinte)

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	PROJETOS	VALOR (em euros)
Infância e Juventude	Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso	Apoio ao projeto de vigilância de Saúde Infantil (Cartão + Vida)	4 451,88
	Patronato Nossa Senhora da Bonança	Frota Solidária	37 480,56
Saúde	Associação Padre Joaquim	Apoio à 4.ª edição da Caminhada da Luta contra o Cancro	500,00
	APM - Associação Portuguesa de Mutualidades	Apoio para aquisição de máscaras de proteção - Rede Mut e CNIS	70 000,00
	EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza, Associação	Apoio à Campanha SOS Comunidades Ciganas para aquisição de kits de proteção COVID-19	3 300,00
	Associação Alzheimer Portugal	Projeto Cuidar Melhor	25 000,00
	CEiA	Apoio ao desenvolvimento e produção de cinco ventiladores Atena para doação a hospitais portugueses	50 000,00

De entre os apoios acima enumerados, detalham-se agora aqueles que ainda não foram objeto de relato neste documento.



CRIDEM — Concurso Nacional de Obras de Expressão Plástica de Pessoas com Deficiência Intelectual

é uma iniciativa de expressão nacional, promovida pela APPACDM do Porto desde 1991. A 16.ª edição teve início em 2020 e prosseguirá até final de 2021, com o apoio relevante e solidário da Fundação Manuel António da Mota e da Fundação Montepio, e o Alto Patrocínio de S. Excelência o Presidente da República.



A principal motivação do CRIDEM é dar destaque social e reconhecimento pessoal e institucional à imensa criatividade destes artistas, a par da valorização do trabalho incansável das instituições portuguesas que deles cuidam, assegurando-lhes um quotidiano de qualidade.

Na edição de 2020 compareceram 60 instituições, através de 205 obras repartidas em cinco categorias: Pintura, Desenho, Escultura, Têxteis e Outras Expressões, demonstrando o impacto positivo que o evento tem na motivação dos artistas e dos ateliês criativos onde se expressam.

O júri, constituído por representantes da APPACDM do Porto, da Fundação Montepio e da Fundação Manuel António da Mota, pelo autor dos troféus CRIDEM e pelo Curador do CRIDEM, apreciou as obras, apresentadas de forma anónima, atribuindo, como está estabelecido no

Regulamento do concurso, grandes prémios e prémios por categorias artísticas, bem como um conjunto de menções honrosas e um Prémio Especial do Júri. Os prémios monetários foram concedidos às instituições vencedoras pela Fundação Montepio e pela Fundação Manuel António da Mota.



O primeiro prémio CRIDEM foi atribuído à ASTA - Associação Sócio Terapêutica de Almeida, tendo o segundo prémio sido atribuído à CAID - Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente e o terceiro ao Instituto Condessa de Rilvas pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Todos os trabalhos estiveram em exposição, com abertura ao público no dia 3 de dezembro, no Porto, e estarão expostos, também, no espaço atmosfera *m* Lisboa, em 2021 (cumprindo as necessárias regras que a pandemia exige).

A «cerimónia virtual» de inauguração da exposição contou com o testemunho das instituições organizadoras e das principais vencedoras, a que acresceu o testemunho do Senhor Presidente da República (que inaugurara a exposição em 2018) por não querer deixar de se associar a este novo modelo.



O projeto **Solução Mobilidade Positiva**, desenvolvido em parceria com a Fundação Montepio, a Fundação Manuel António da Mota e a empresa Mobilidade Positiva, constitui uma resposta integrada que identifica, projeta, implementa, executa e gere soluções no âmbito de apoio/ajudas técnicas e de mobilidade e acessibilidade na esfera habitacional, proporcionando a pessoas individuais, com necessidades específicas, uma melhoria da sua qualidade de vida.



No ano de 2020, foram apoiados nove pedidos destinados a beneficiários individuais com situação clínica grave, que, através deste projeto, melhoraram as suas condições de vida.



Cuidar Melhor é um projeto iniciado em 2011 pela **Associação Alzheimer Portugal**, que engloba a dimensão **Café Memória**, e que visa contribuir para a inclusão e promoção dos direitos das pessoas com demência, bem como para o apoio e valorização dos familiares e profissionais que lhes prestam cuidados.

Esta iniciativa resulta de uma parceria entre a Fundação Montepio, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Associação Alzheimer Portugal e o Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa, aos quais se associaram as empresas Sonae Sierra e Lusitânia Seguros, e, ainda, os municípios de Cascais, Oeiras e Sintra.

Um dos objetivos do projeto consiste na criação de gabinetes técnicos pluridisciplinares. Desde 2013, estão a funcionar três gabinetes, um em cada um dos referidos concelhos, os quais prestam serviços de informação, encaminhamento, formação e serviços clínicos, tais como avaliações neuropsicológicas, sessões de estimulação cognitiva à Pessoa com Demência e consultas de apoio psicológico ao cuidador.



De março a maio de 2020, todas as atividades presenciais dos gabinetes foram suspensas devido à propagação do coronavírus, tendo o apoio aos beneficiários sido realizado telefonicamente ou por videochamada. Na fase inicial de confinamento, investiu-se no contacto com os beneficiários dos gabinetes, com o intuito de avaliar necessidades, mobilizar recursos e adaptar as atividades a um formato digital. As ações de informação e divulgação foram as mais afetadas pela pandemia.

Em 2020, os três gabinetes em funcionamento realizaram 607 atendimentos a cuidadores familiares e efetuaram 570 serviços clínicos. Apostou-se no reforço dos acompanhamentos, caso a caso, por telefone, no sentido de proporcionar um serviço personalizado, proativo e de proximidade aos beneficiários.

Relativamente à sensibilização da comunidade para o tema das “demências”, a equipa do projeto “Cuidar Melhor” realizou três ações de informação, entre janeiro e fevereiro de 2020. Levou a cabo dez iniciativas formativas, junto de cuidadores profissionais, que reuniram 108 participantes. Também foram realizadas cinco reuniões para discussão de casos práticos, com profissionais de equipamentos sociais, nos três concelhos. Foi realizado o 6.º Encontro de Profissionais Cuidar Melhor, através da plataforma Zoom, que contou com a participação de 165 profissionais. Realizaram-se, ainda, três grupos psicoeducativos para cuidadores familiares de pessoas com demência que reuniram, no total, 16 participantes.

Foram ainda concebidos e divulgados cadernos de estimulação e criatividade, desenvolvidos para apoiar pessoas com demência no contexto de confinamento, sendo disponibilizados dois cadernos semanais, com dois níveis de dificuldade, durante oito semanas e dois cadernos mensais, de agosto a dezembro, num total de 26 cadernos.

O projeto Cuidar Melhor visa, por igual, desenvolver o conceito “Memory Café” no nosso país, que consiste num local de encontro para pessoas com problemas de memória ou demência e seus familiares, para partilha de experiências e suporte mútuo.



Em 2020 não foram criados novos Cafés Memória (ainda que esteja pendente a criação dos Cafés Memória de Portimão, Pombal e Loures, adiada para 2021) e foram renovadas as parcerias dos já existentes: Lisboa-Colombo, Lisboa-Castilho, Lisboa-Chiado, Lisboa-Olivais, Cascais, Viana do Castelo, Porto, Oeiras, Braga, Viseu, Barcelos, Guimarães, Madeira, Almada, Sintra, Évora, Esposende, Sesimbra, Barreiro e Mirandela.

Em março de 2020, os 20 Cafés Memória suspenderam as sessões presenciais, tendo reunido até essa data 156 participantes e 801 participações, maioritariamente de cuidadores de pessoas com demência. Em abril iniciou-se o formato *online* deste projeto: Café Memória Fica em Casa. Realizaram-se 36 sessões (todos os sábados), com uma média de 84 participantes por sessão.

Em 2020, a Associação Alzheimer Portugal deu continuidade à campanha “Amigos na Demência” com a assessoria da Alzheimer Society, o Alto Patrocínio de Sua Excelência O Presidente da República e um leque de importantes parceiros. Esta campanha operacionaliza-se em três eixos de intervenção: (1) *website*; (2) ações no terreno; (3) parcerias. Neste ano, apesar das limitações provocadas pela pandemia, foram realizadas 24 ações de informação, que envolveram cerca de 364 participantes (98 em formato presencial e 266 *online*). Atualmente, já estão registadas no *website* www.amigosnademencia.org 4 041 pessoas.

Cartão + Vida

Os apoios concedidos no âmbito do Cartão +Vida resultam de parceria entre a Fundação Montepio e o Banco Montepio, através da qual parte das receitas daquele cartão são entregues à Fundação Montepio para beneficiar, anualmente, quatro organizações da economia social. Em 2020, foram beneficiadas as seguintes instituições:



- **ACASO - Associação Cultural de Apoio Social de Olhão**, uma das maiores IPSS do Algarve, que desenvolve atividades na área social para públicos mais carenciados, contempla sete áreas de intervenção (cultural, sénior, família e comunidade, apoio à deficiência, infância e juventude, e serviços integrados de gestão e apoio) que englobam, entre elas, 14 respostas sociais e três unidades de saúde. O apoio concedido pela Fundação Montepio permitiu reforçar os equipamentos de proteção individual na instituição.
- **Instituto Profissional do Terço** é uma instituição que trabalha na área da infância e juventude (Casa de Acolhimento Residencial, Apartamento de Autonomização e Creche). Dada a redução verificada no número de utentes destes serviços (por via do quadro legal para a prioridade a dar às famílias de acolhimento), e a crescente necessidade de estruturas de apoio para idosos, o Instituto Profissional do Terço adaptou parte da estrutura da Casa de Acolhimento Residencial (para jovens) a um Centro de Dia Terapêutico, destinado a idosos. O apoio concedido pela Fundação foi aplicado no desenvolvimento deste Centro de Dia, cuja abertura está prevista para setembro de 2021.
- **Associação Centro Social de Vale do Homem**, IPSS do distrito de Braga, que atua sobre a área social, de saúde e cultural, com as respostas de Lar de Idosos/Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Lar e Centro de Dia para Pessoas com Alzheimer e outras Demências e o Vale do Homem com Saúde (VHS). A Casa da Alegria é um equipamento do Centro Social do Vale do Homem que reúne duas respostas sociais (Lar e Centro de Dia), especializadas para Pessoas com Alzheimer ou outras Demências, no sentido de preservar o respeito pela sua integridade física e emocional e a sua autonomia, bem como o apoio aos cuidadores. Neste equipamento foi criada uma Sala Multissensorial, para a qual contribuiu o apoio dado pela Fundação Montepio.
- **Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso** (FNSBS) é uma instituição que trabalha na área da promoção de saúde infantil junto de crianças institucionalizadas. Estas crianças/jovens têm necessidades de saúde acrescidas face à generalidade da população infantil, dadas as adversidades sofridas nos seus primeiros anos de vida. A FNSBS assumiu, também, o compromisso de lhes manter o apoio nos cuidados de saúde no período de transição após a institucionalização, seja no retorno à sua família de origem, durante o processo de adoção, no apadrinhamento civil ou na sua colocação em famílias de acolhimento. O donativo da Fundação Montepio, em 2020, foi consignado aos serviços prestados a estas crianças/jovens.

SÍNTESE DOS APOIOS CONCEDIDOS NO CONTEXTO DO OBJETIVO 2 DA LOE I, POR ÁREA DE INTERVENÇÃO

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	PROJETOS	VALOR (em euros)
Deficiência	ASTA - Associação Sócio Terapêutica de Almeida	Apoio para a manutenção da decoração da viatura atribuída no âmbito da Frota Solidária	922,50
Infância e juventude	Sociedade de Promoção Social Obra Frei Gil	Apoio para a manutenção da decoração da viatura atribuída no âmbito da Frota Solidária	885,60

SÍNTESE DOS APOIOS CONCEDIDOS NO CONTEXTO DO OBJETIVO 3 DA LOE I, POR ÁREA DE INTERVENÇÃO

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	PROJETOS	VALOR (em euros)
Voluntariado	Associação Juvenil Akredita em Ti	Prémio Voluntariado Jovem 1.º Prémio	2 750,00
	Centro Social do Soutelo	Prémio Voluntariado Jovem 2.º classificado <i>ex aequo</i>	1 125,00
	Marca - Associação para o Desenvolvimento Local	Prémio Voluntariado Jovem 2.º classificado <i>ex aequo</i>	1 125,00
	Associação Escola 31 de janeiro	Prémio Voluntariado Jovem	500,00

2.5. ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA LINHA DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA II (LOE II – CAPACITAÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA ATIVA E DA INOVAÇÃO SOCIAL)

LOE	OBJETIVO GERAL	ÁREA DE INTERVENÇÃO	Nº DE PROJETOS	VALOR (em euros)
II - Capacitação da Economia Social e promoção da cidadania ativa e da inovação social	1. Promover a qualidade global das organizações, nomeadamente fomentar a capacitação dos dirigentes e quadros técnicos das organizações	Capacitação	2	5 452,00
		Cidadania	1	500,00
		Total	3	5 952,00
	2. Estimular a participação cívica das organizações de economia social e a sua democracia interna	Capacitação	4	19 500,00
		Cidadania	1	2 000,00
		Total	5	21 500,00
	TOTAL			8

SÍNTESE DAS ENTIDADES / PROJETOS APOIADOS NO CONTEXTO DO OBJETIVO 1 DA LOE II, POR ÁREA DE INTERVENÇÃO

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	PROJETOS	VALOR (em euros)
Capacitação	APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial	Apoio à capacitação de Organizações da Economia Social por via do prémio "Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade" promovido pela APEE	2 952,00
	Fundação AFID	Apoio à 2.ª edição do Prémio de Investigação Científica Dra. Maria Lutegarda na área da reabilitação	2 500,00
Cidadania	CPF - Centro Português de Fundações	Quota anual	500,00

Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade

Na área da capacitação, a Fundação Montepio apoiou a **6.ª edição do Prémio “Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade”**, promovido pela **APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial**. Este apoio consistiu no pagamento à APEE de três candidaturas apresentadas por organizações da Economia Social a este Prémio, e que sem o apoio da Fundação Montepio não conseguiriam candidatar-se, nem receber a capacitação inerente ao processo. Desta forma, e com este apoio, foram beneficiadas três organizações com os seguintes projetos:



- **Abraço - Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA**, reconhecida pela APEE pelo projeto “Apoio à Comunidade pela Abraço”, apresentado como boa prática no Eixo Responsabilidade Social, Categoria “Comunidade”;
- **Biovilla – Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável**, que foi reconhecida com o Prémio APEE pelo projeto “Biovilla – Sustentabilidade à mão de semear”, apresentado como boa prática no Eixo Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Categoria ODS 12 “Produção e Consumo Sustentáveis”;
- **Deliciosas Diferenças - Cooperativa de Responsabilidade Limitada, CRL.**, reconhecida pela APEE pelo projeto “Residências Comunitárias”, apresentado como boa prática no Eixo Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Categoria ODS 3 “Saúde de qualidade”.

Prémio de Investigação Científica Dra. Maria Lutegarda

A Fundação apoiou e integrou o Júri da 2.ª edição do Prémio de Investigação Científica Dr.ª Maria Lutegarda, na área da Reabilitação, iniciativa promovida pela Fundação AFID Diferença e pela Câmara Municipal da Amadora. A criação deste Prémio, além do objetivo de melhorar a intervenção social em Portugal, veio preencher uma lacuna na reflexão sobre esta temática, o que foi demonstrado pelo interesse manifestado pela Academia e pelo número significativo de candidatos a concurso.



Por unanimidade, o júri decidiu atribuir o galardão à candidatura da investigadora Maria Cristina Marques Ferreira Simões, cujo trabalho se intitulou: “A Qualidade de Vida de Crianças e Jovens com Dificuldade Intelectual e Desenvolvidamental: Contributo para a Educação Inclusiva”.

Esta investigação teve por objetivo verificar se existem diferenças entre as perceções das crianças e jovens com Dificuldade Intelectual e Desenvolvidamental (DID) relativamente à avaliação da Qualidade

de Vida (QV), bem como examinar os fatores que podem afetar ou predizer a QV destes alunos. Os dados recolhidos revelaram que as características pessoais e contextuais influenciaram os valores de QV dos alunos com DID, havendo congruência entre os dados recolhidos através do autorrelato e do relato dos cuidadores. Foram, ainda, discutidas as implicações para os profissionais, para as escolas e para as políticas públicas diretamente ligadas ao apoio dos alunos com DID, nesta educação inclusiva.

Centro Português de Fundações

A Fundação manteve a qualidade de membro do **CPF – Centro Português de Fundações**, participando nas respetivas Assembleias Gerais e mantendo a sua presença nos grupos de trabalho temáticos “Promoção da Cidadania” e “Social”.

SÍNTESE DAS ENTIDADES / PROJETOS APOIADOS NO CONTEXTO DO OBJETIVO 2 DA LOE II, POR ÁREA DE INTERVENÇÃO

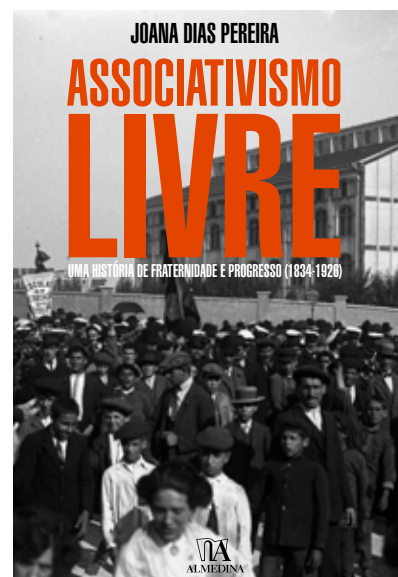
ÁREA DE INTERVENÇÃO	ENTIDADE	PROJETOS	VALOR (em euros)
Capacitação	Confederação Portuguesa de Coletividade de Cultura, Recreio e Desporto	Apoio de continuidade à Revista Análise Associativa e ao estudo "Associativismo livre. Uma história de fraternidade e progresso (1834-1926). Projeto do Observatório do associativismo popular."	5 000,00
	ACEESA - Associação Centro de Estudos Economia Solidária do Atlântico	Apoio à edição da Revista de Economia Solidária, Edição n.º 14, sob o tema "A Economia Solidária e o Pós COVID - 19"	2 000,00
	EAPN - Observatório de Lisboa	Apoio ao Observatório da Luta Contra a Pobreza de Lisboa	4 000,00
	EAPN - Observatório de Lisboa	Apoio ao Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza	8 500,00
Cidadania	APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	Apoio ao Prémio APAV para Investigação 2020	2 000,00

No ano de 2020, o apoio da Fundação Montepio à **Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto** foi totalmente direcionado para dois importantes projetos no âmbito da investigação e da capacitação de dirigentes.

O primeiro é um projeto de continuidade: a publicação de mais um número da revista científica *Análise Associativa*. Este projeto, apoiado desde o primeiro dia pela Fundação Montepio, conta com sete anos de existência e constitui um dos principais pilares quer do departamento de investigação da Confederação, quer da capacitação dos cerca de 450 000 dirigentes associativos voluntários do associativismo popular.



Além desse âmbito, o apoio da Fundação Montepio permitiu, ainda, a publicação de uma obra de referência sobre o associativismo popular, em Portugal: “Associativismo Livre. Uma História de Fraternidade e Progresso (1834-1926)”. Obra da autoria de Joana Pereira (investigadora de pós-doutoramento), publicada pela editora Almedina, que contou com o alto patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, ilustra a emergência, desenvolvimento e articulação das várias expressões do movimento associativo popular (incluindo o movimento mutualista), desde a alvorada do Liberalismo até ao golpe militar de 28 de maio de 1926.



A Fundação apoiou, ainda, a **ACEESA - Associação Centro de Estudos Economia Solidária do Atlântico**, na edição n.º 14 da Revista de Economia Solidária, que tem como tema “A Economia Solidária e o PÓS-COVID 19”, e que sairá em 2021.

Em 2020 foi produzida a edição número 13 desta revista e que já tinha contado com o apoio da Fundação Montepio.

A Fundação deu continuidade, em 2020, aos apoios ao “Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza” e ao “Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa”, ambos promovidos pela **EAPN Portugal/Rede Europeia Anti Pobreza**.

O “**Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa (OLCPL)**” é apoiado

pela Fundação Montepio, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e pela Câmara Municipal de Lisboa. Em 2020, o trabalho do OLCPL foi marcado por alguns constrangimentos decorrentes da pandemia. Nesse sentido, foi dada prioridade ao trabalho de atualização da base de dados de indicadores e sua disponibilização no *website*, pesquisa e atualização de novos indicadores a novas fontes. Foram também desenvolvidas e divulgadas infografias que procuram dar visibilidade e refletir o impacto da pandemia no mercado de trabalho e nas organizações da Economia Social. Foi, ainda, reformulada a estratégia local de combate à pobreza, de forma a colocar a descoberto processos e mecanismos que, cirurgicamente intervencionados, possam contribuir para uma realidade social mais coesa.



O “**Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza (ONLCP)**” conta com os apoios da Fundação Montepio, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, da Fundação Vasco Vieira de Almeida, da Farmácia Barreiros, da Delta, da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL) e da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso. Ao longo de 2020, o ONLCP atualizou a plataforma informática e atualizou o *website*, de forma a disponibilizar e atualizar os conteúdos e infografias.



A Fundação Montepio voltou a apoiar o **Prémio APAV Investigação**, promovido pela **APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima**, destinado a premiar trabalhos de investigação científica sobre temáticas relacionadas com a missão da Associação: “apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima”. A vencedora desta edição,

Ana Sofia Ferreira, apresentou o trabalho “Análise linguística forense das Fichas de Avaliação de Risco em situações de violência doméstica”, que resulta da dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Linguística, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

No âmbito da LOE II, para além dos projetos anteriormente referidos, merecem referência, no domínio da “capacitação”, outros projetos que emergiram da ação da Fundação Montepio nesta área da atuação e que, embora financiados pela Associação Mutualista Montepio em 2019, através do Gabinete de Responsabilidade Social, se justifica referenciar por terem sido acompanhados ainda em 2020.

Embora não tenha representado um custo relativo a 2020 (o programa foi iniciado em 2019), a Fundação continuou a acompanhar a 3.ª Edição do Programa Criar Valor-ES, em parceria com a **TURNAROUND Social**, e que teve por objetivo a capacitação de oito IPSS, validadas pelas UDIPSS de Vila Real e de Bragança, em áreas como: competências de liderança, comunicação, inovação e *marketing*. As instituições que terminaram a sua capacitação em 2020 foram as seguintes: Centro Social Nossa Senhora do Extremo (Vila Pouca de Aguiar), Centro Social



e Paroquial da Campeã (Vila Real), Centro Social e Paroquial de S. Miguel do Lobrigos (Santa Marta de Penaguião), Fundação Asilo Luís Vicente (Santa Marta de Penaguião), Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento - A2000 (Santa Marta de Penaguião), Associação de S. Tiago de Vila Chã (Alijó), Casa do Povo de Vilarandelo (Valpaços), Centro Social e Paroquial de S. Tomé do Castelo (Vila Real).

Ainda no âmbito do protocolo celebrado com a **Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ)** para o financiamento de um Programa de Certificação da Qualidade - Sistema de Gestão da Qualidade, baseado no Modelo de Certificação *EQUASS Assurance*, cuja formação, diagnóstico, consultoria e certificação decorre durante um período de 18 meses, a Fundação Montepio continuou a acompanhar a ACAPO, entidade selecionada para a 4.^a edição deste Programa, iniciado em dezembro de 2019, e que se encontra atualmente em fase de consultoria, estando



previsto o processo de conclusão da certificação – Auditoria de Certificação – para julho de 2021. Continuou, também, a ser acompanhada a Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa (APCL), entidade selecionada para um programa de renovação desta certificação, iniciado em dezembro de 2019, estando prevista a Auditoria de Certificação para o final do primeiro semestre de 2021.

A **GEOfundos** é uma plataforma *online* inovadora que permite acesso simples e rápido, dirigido a oportunidades de financiamento e ferramentas de capacitação da Economia Social. Lançada em maio de 2016, a GEOfundos surgiu de uma iniciativa conjunta da Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP, Fundação Montepio, Fundação PT e CASES, à qual se associou o consórcio operacional constituído pelo IES-SBS, TESE, Stone Soup Consulting e Call to Action. Em 2020, a GEOfundos apresentou 732 oportunidades de financiamento, de 234 financiadores – 28% nacionais e 72% internacionais –, com o total de mais de 2 000 milhões de euros disponíveis.

Em 2021, com os apoios comunitários para relançar os países da União Europeia após a crise sanitária, existirá um aumento do número de oportunidades de financiamento e, também, do montante do mesmo, o que constitui uma oportunidade para a GEOfundos dar resposta às entidades da economia social na procura de fontes de financiamento, que constitui o fundamento da sua criação.

GEOfundos
fundocerto com sucesso

2.7. ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA LINHA DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA IV (LOE IV – REFORÇO DO PAPEL DA FUNDAÇÃO COMO PROTAGONISTA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EXTERNA DO MONTEPIO)

A Fundação, apesar do contexto pandémico, continuou, sempre que possível, a acompanhar (*online*) iniciativas promovidas pelas organizações da Economia Social, apoiadas financeiramente ou não.



A Fundação Montepio, enquanto representante do Grupo Montepio, tornou-se membro da **Aliança ODS Portugal** a 17 de dezembro de 2015.

A Aliança para os ODS é uma iniciativa da *Global Compact Network Portugal*, rede portuguesa do *United Nations Global Compact* que reúne entidades que se comprometem a trabalhar para a realização dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015. Atualmente fazem parte desta Aliança quase duas centenas de entidades de todos os setores, múltiplos representantes de empresas e profissionais e, ainda, diversas academias.

No contexto desta rede, criam-se parcerias e fóruns para facilitar a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e, neste âmbito, assume particular importância a Semana da Responsabilidade Social que, este ano, em virtude do contexto de pandemia, foi realizado de forma virtual, com recurso à plataforma Hopin, o que acabou por proporcionar uma forte adesão, quer em número de visualizações, quer no número de intervenções realizadas, com maior abrangência dos temas focados.

Outros apoios:

Prémio Arquiteto Álvaro Machado

O Prémio Arquiteto Álvaro Machado é um galardão de homenagem ao Arquiteto Catedrático Álvaro Machado que foi docente no IST - Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Com a composição de ativos geridos pelo Montepio, o prémio é atribuído anualmente ao melhor aluno finalista do ano civil de arquitetura do IST. Atualmente, o prémio tem o valor de 500 euros e, em 2020, foi atribuído na presença de representante da Fundação Montepio ao aluno que concluiu com melhor média o curso de Mestrado Integrado em Arquitetura no ano letivo de 2019-2020.

Prémio Alberto da Conceição Jorge

O Prémio Alberto da Conceição Jorge é atribuído, anualmente, ao melhor aluno do ano, da disciplina de Artes Visuais, conforme informação do Conselho Diretivo da Escola Secundária

São Lourenço, em Portalegre. O Professor Alberto da Conceição Jorge, fundador deste prémio, desenvolveu a disciplina de Desenho, agora designada Artes Visuais e deixou o legado anual da atribuição do Prémio, de acordo com a rendibilidade do mesmo, ao melhor aluno em cada ano letivo. O Prémio, com o valor atual de 250 euros, foi atribuído em 2020, na presença do Gerente da Agência de Portalegre, do Banco Montepio, com conhecimento deste testemunho e com proximidade geográfica à Escola Secundária São Lourenço.

3. CONCLUSÃO

A atividade da Fundação, ao longo de 2020, distinguiu-se bastante da atividade de anos anteriores. Se, por um lado, a pandemia limitou o contacto mais intenso com as organizações e dentro das organizações, por outro lado, permitiu desenvolver e descobrir novas formas de relacionamento e de interação que poderão ser potenciadas e muito úteis no futuro.

A redução do orçamento da Fundação para 50% implicou a suspensão do programa FACES e a não continuidade de algumas colaborações, talvez as menos prioritárias, face ao contexto em que nos encontramos.

Apesar do enorme desafio que foi o ano de 2020, as iniciativas concretizadas e em que houve colaboração da Fundação possibilitaram a dinamização da relação com parceiros e a continuação de um caminho que tem em vista a melhoria do “bem comum” e da qualidade de vida das pessoas, principalmente daquelas que se encontram em maior estado de vulnerabilidade económico-social.

4. ANÁLISE FINANCEIRA

4.1. BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2020, o Ativo da Fundação Montepio ascendia a 1 275 576 euros distribuídos da seguinte forma:

- **Investimentos Financeiros: 437 432 euros;**
- **Depósitos Bancários: 838 144 euros;**

Relativamente a 2019, a rubrica de *Investimentos Financeiros* diminuiu 52 479 euros, fruto da desvalorização do valor de investimento das Obrigações da TAP, único título em carteira a 31 de dezembro de 2020.

O Passivo é composto pela rubrica *Outras Contas a Pagar*, no valor de 208 232 euros, dos quais as responsabilidades com o Fundo de Garantia de Microcrédito da SCML, com o Fundo da EAPN, com as responsabilidades do Fundo D. Dinis e com Outros Credores, ascendem a 145 836 euros.

Também contempla os gastos com auditoria de 2020, ainda não liquidados, no montante de 6 150 euros, e os compromissos com várias instituições no âmbito da concessão de donativos e prémios assumidos no orçamento do ano, no valor de 56 244 euros, mas que ainda aguardam emissão de recibo, pelo que só serão efetivamente pagos no decurso do exercício de 2021. Esta rubrica aumentou 47 336 euros, face a 2019.

4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Na Demonstração de Resultados, a rubrica de *Subsídios, Doações e Legados à Exploração* diminuiu para metade, face a 2019, ou seja, menos 500 000 euros, por redução do donativo do Montepio Geral – Associação Mutualista.

A rubrica de *Fornecimentos e Serviços Externos* aumentou 10 986 euros no ano. O valor de 17 154 euros corresponde aos gastos com Auditoria Externa, no valor de 6 175 euros, a Serviços de Consultoria, no valor de 2 952 euros, e a Diversos Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de 8 028 euros.

A rubrica de *Imparidade de Investimentos* apresenta o valor de 37 500 euros e corresponde a um reforço na participação na empresa SAS – Apostas Online. Esta participação financeira encontra-se provisionada em 100%.

A rubrica de *Outros Rendimentos e Ganhos*, ascendeu, em 31 de dezembro de 2020, a 121 521 euros e refere-se aos donativos recebidos. Esta rubrica diminuiu 69 123 euros, face a 2019, decompondo-se da seguinte forma:

RUBRICA	2020	2019	Variação
OUTROS DONATIVOS	104 866 €	128 269 €	(23 403 €)
DONATIVOS - CARTÃO +VIDA	16 655 €	20 225 €	(3 570 €)
OUTROS DONATIVOS			
. SAS Apostas Online	-	36 000 €	(36 000 €)
. KPMG	-	6 150 €	6 150 €
TOTAL	121 521 €	190 644 €	(69 123 €)

- A Consignação Fiscal recebida da Autoridade Tributária respeita a 0,5% da Coleta do IRS liquidado aos Sujeitos Passivos e a 15% do IVA suportado, tendo sido aplicada, por opção estratégica do Conselho de Administração, no Projeto Frota Solidária. A variação do ano foi negativa, em 23 403 euros.
- A Dotação recebida da CEMG é relativa a comissões provenientes da comercialização do cartão de crédito, tendo diminuído, no ano de 2020, 3 570 euros, face ao ano anterior.
- Em 2020, a empresa SAS não concedeu qualquer donativo à Fundação Montepio Geral.

A rubrica de *Outros Gastos e Perdas* atingiu o montante de 717 055 euros, menos 341 578 euros que em 2019, e decompõe-se da seguinte forma:

RUBRICA	2020	2019	Variação
PROJETO FROTA SOLIDÁRIA	475 013 €	553 541 €	(78 528 €)
CARTÃO +VIDA	17 364 €	20 710 €	(3 346 €)
DONATIVOS DIVERSOS	223 005 €	479 276 €	(256 271€)
QUOTIZAÇÕES	500 €	3 500 €	(3 000 €)
OUTROS GASTOS	1 173 €	1 606 €	(433) €
TOTAL	717 055 €	1 058 633 €	(341 578 €)

- A rubrica de Donativos concedidos no âmbito do Projeto Frota Solidária teve um decréscimo de 78 528 euros, face a 2019.
- A rubrica dos Donativos Cartão +Vida teve um decréscimo de 3 346 euros, comparativamente com 2019.
- Os Donativos Diversos tiveram uma redução de 256 271 euros, face a 2019. Esta redução implicou o ajustamento dos donativos concedidos em função do novo orçamento disponível.
- As quotizações e os outros gastos tiveram alterações de valor pouco expressivo.

A rubrica de *Aumentos/reduções de justo valor* diminuiu 48 331 euros, face a 2019, e reflete a variação anual do justo valor dos investimentos financeiros da Fundação.

A rubrica de *Juros e rendimentos similares obtidos* e a rubrica de *Juros e gastos similares pagos* aumentaram 1 354 euros, face a 2019, fruto da melhoria do rendimento proporcionado pelas obrigações da TAP face às obrigações de dívida pública que a Fundação detinha em 2019.

A atividade da Fundação gerou no exercício um resultado líquido negativo de 179 276 euros, tendo diminuído em 323 008 euros face ao verificado no ano anterior.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS:

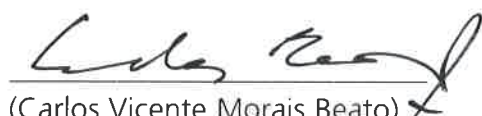
Dando cumprimento ao disposto na alínea 3), do Artigo 12.º dos Estatutos da Fundação Montepio Geral, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

a) Que o resultado negativo do período, no montante de 179 276 euros seja transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 03 de março de 2021



(Virgílio Manuel Boavista Lima - Presidente)



(Carlos Vicente Morais Beato)



(Idália Maria Marques Salvador Serrão)



(Luís Gabriel Moreira Maia Almeida)



Demonstrações Financeiras

Handwritten signature in blue ink.

Fundação Montepio Geral

Balanço em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Activo			
Activo não corrente			
Investimentos financeiros	4	437 432	489 911
Activo corrente			
Caixa e depósitos bancários	5	838 144	917 605
Total do Activo		1 275 576	1 407 516
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	6	498 798	498 798
Reservas e Resultados transitados	7	747 822	604 090
Resultado líquido do período		(179 276)	143 732
Total dos Fundos Patrimoniais		1 067 344	1 246 620
Passivo			
Outras dívidas a pagar	8	208 232	160 896
Total do Passivo		208 232	160 896
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		1 275 576	1 407 516


O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Nuno Miguel Borges Santos)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


(Virgílio Manuel Boavista Lima - Presidente)


(Carlos Vicente Morais Beato)


(Idália Maria Marques Salvador Serrão)


(Luis Gabriel Moreira Maia Almeida)

Fundação Montepio Geral

Demonstração dos resultados para os períodos de 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em euros)

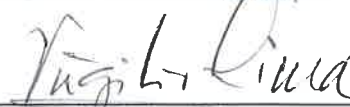
	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Rendimentos e gastos			
Subsídios, doações e legados à exploração	9	500 000	1 000 000
Fornecimentos e serviços externos	10	(17 155)	(6 168)
Imparidade de Investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	13	(37 500)	-
Outros rendimentos	11	121 521	190 644
Outros gastos	12	(717 055)	(1 058 633)
Aumentos/reduções de justo valor	14	(36 790)	11 540
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(186 980)	137 383
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(186 980)	137 383
Juros e rendimentos similares obtidos	15	8 355	6 667
Juros e encargos similares suportados	16	(652)	(318)
Resultado líquido do período		(179 276)	143 732

O CONTABILISTA CERTIFICADO



(Nuno Miguel Borges Santos)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



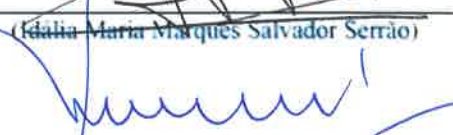
(Virgílio Manuel Boavista Lima - Presidente)



(Carlos Vicente Morais Beato)



(Idália Maria Marques Salvador Serrão)



(Luis Gabriel Moreira Maia Almeida)

Fundação Montepio Geral

Demonstração das alterações nos Fundos patrimoniais
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em euros)

Descrição	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe			
	Fundos	Reservas e resultados transitados	Resultado líquido do período	Total dos Fundos patrimoniais
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	498 798	746 164	(142 074)	1 102 888
Resultado líquido do período	-	-	143 732	143 732
Resultado integral	-	-	145 269	145 269
Aplicação de resultados	-	(142 074)	142 074	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	498 798	604 090	143 732	1 246 620
Resultado líquido do período	-	-	(179 276)	(179 276)
Resultado integral	-	-	(179 276)	(179 276)
Aplicação de resultados	-	143 732	(143 732)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	498 798	747 822	(179 276)	1 067 344

O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Nuno Miguel Borges Santos)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


(Virgílio Manuel Beavista Lima - Presidente)


(Carlos Vicente Morais Beirão)


(Idália Maria Marques Salvador Serrão)


(Luis Gabriel Moreira Maia Almeida)

Fundação Montepio Geral

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019


(Valores expressos em euros)

	2020	2019
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Pagamento de apoios	(660 385)	(1 085 977)
Pagamento a fornecedores	(10 980)	(10 763)
Caixa gerada pela operações	(671 365)	(1 096 740)
Outros recebimentos/pagamentos	(418)	17 706
Fluxo de Caixa das actividades operacionais	(671 783)	(1 079 034)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	(37 500)	(14 020)
Recebimentos provenientes de :		
Juros e rendimentos similares	8 300	9 702
Dividendos	-	-
Fluxo de Caixa das actividades de investimento	(29 200)	(4 318)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de :		
Doações	621 521	1 190 644
Fluxo de Caixa das actividades de financiamento	621 521	1 190 644
Variação líquida de caixa e equivalentes	(79 461)	107 292
Caixa e equivalentes no início do exercício (Nota 5)	917 605	810 313
Caixa e equivalentes no fim do exercício (Nota 5)	838 144	917 605

O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Nuno Miguel Borges Santos)

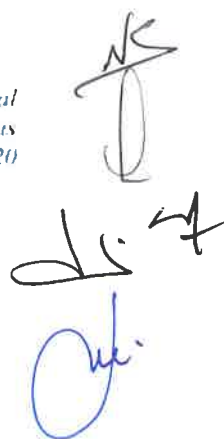
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


(Virgílio Manuel Boavista Lima - Presidente)

(Carlos Vicente Morais Beato)

(Hélia Maria Marques Salvador Serrão)

(Luís Gabriel Moreira Maia Almeida)



Fundação Montepio Geral

Notas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2020

1 Identificação da entidade

A Fundação Montepio Geral (adiante designada por “Fundação”), NIF 503 802 808, é uma instituição particular de solidariedade social e de utilidade pública, sem fins lucrativos, com sede na Rua do Ouro nº 219 a 241 em Lisboa, constituída a 4 de Outubro de 1995, por iniciativa do Montepio Geral Associação Mutualista com sede na Rua do Ouro nº 219 a 241 em Lisboa, que tem por vocação e objetivo geral dar expressão organizada ao dever moral e cívico de solidariedade, estabelecendo um contacto permanente com a comunidade envolvente e procurando conhecer a diversidade do sector da economia social, identificando boas práticas de intervenção social.

A Fundação gere os prémios Álvaro Machado, Alberto Conceição Jorge e D. Dinis.

2 Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Fundação Montepio Geral foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”) para Entidades do Sector Não Lucrativo (“ESNL”), conforme disposto no Decreto-Lei nº98/2015, de 2 de Junho que veio alterar o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho, alterado pela Lei nº20/2010, de 23 de Agosto, pelo Decreto-Lei nº36-A/2011, de 9 de Março, e pelas Leis nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Principal Decreto do Sistema de Normalização Contabilística) e cumprindo com a Portaria nº220/2015, de 24 de Julho.

A nova legislação é aplicável a todos os períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016 e tem tratamento prospetivo.

O ESNL é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (“BADF”), Modelos de Demonstrações Financeiras (“MDF”), Código de Contas (“CC”), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”).

As demonstrações financeiras para Entidades do Sector Não Lucrativo que incluem o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovados pelo Conselho de Administração, no dia 3 de março de 2021, são expressas em Euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As notas omitidas neste anexo não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras não sendo derogadas no presente exercício quaisquer disposições do SNC.

As principais políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o exercício findo a 31 de dezembro de 2020 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o exercício findo a 31 de dezembro de 2019.

Não foram feitas derrogações às disposições do ESNL.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos ao justo valor através de resultados.

As demonstrações financeiras de acordo com o ESNL requerem que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Participações financeiras

As participações financeiras que representem menos de 20% do capital social das participadas encontram-se registadas ao custo histórico, deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Os rendimentos resultantes destas participações (dividendos), são reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são recebidos.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

b) Instrumentos financeiros

A Fundação reconhece ativos financeiros, passivos financeiros ou instrumentos financeiros de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

A Fundação mensura os instrumentos financeiros ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro, desde que este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

nk
D

11.4
Olu

Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, uma entidade deve avaliar todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros que sejam individualmente significativos devem ser avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Outros ativos financeiros devem ser avaliados quanto a imparidade, seja individualmente, seja agrupado com base em similares características de risco de crédito.

Se, num período subsequente, a quantia de perda por imparidade diminuir, a entidade deve reverter a imparidade anteriormente reconhecida. Da reversão não poderá resultar uma quantia escriturada do ativo financeiro que exceda aquilo que seria o custo do referido ativo, caso a perda por imparidade não tivesse sido anteriormente reconhecida. A entidade deve reconhecer a quantia da reversão na demonstração de resultados.

c) Fiscalidade

A Fundação é uma instituição particular de solidariedade social, a qual beneficia de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 10.º do respetivo Código.

d) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

A Demonstração de Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Fundação classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

e) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

nk
4
O

f) Gastos/rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

g) Acontecimentos após data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 3 de março de 2021, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data de balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

3.3. Principais estimativas e julgamentos

O ESNL requer que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Fundação e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação é apresentada na nota 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Fundação, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da Fundação situações que coloquem em causa a continuidade da Fundação.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas

As principais fontes de incerteza das estimativas encontram-se detalhadas na nota 3.3.

4 Investimentos financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

	2020 Euros	2019 Euros
Aplicações financeiras	287 718	340 197
Participações financeiras	149 714	149 714
	437 432	489 911

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica aplicações financeiras inclui títulos de rendimento fixo, nomeadamente obrigações de emissores privados – nacionais, e títulos de rendimento variável, nomeadamente unidades de participação que se encontram ao justo valor por contrapartida de resultados, conforme política contabilística descrita na nota 3.2 b).

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Aplicações financeiras é decomposta como segue:

	2020 Euros	2019 Euros
Titulos de rendimento fixo		
Obrigações de emissores públicos		
Nacionais	-	263 892
Obrigações de emissores privados		
Nacionais	211 657	-
Titulos de rendimento variável		
Unidades de participação	76 061	76 305
	287 718	340 197

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo de titulos de rendimentos variável é composto por Unidades de Participação do Fundo MG Tesouraria.

A rubrica de Participações financeiras é analisada como segue:

	2020 Euros	2019 Euros
Participações financeiras:		
Leacock - Prestação de Serviços, Lda	149 639	149 639
SAS Apostas Online, S.A.	112 500	75 000
Montepio Gestão de Activos - S.G.E.L, S.A	75	75
Imparidade	(112 500)	(75 000)
	149 714	149 714

A 31 de dezembro de 2020, a participação financeira detida pela Fundação na Leacock - Prestação de Serviços, Lda. no valor de 149.639 euros correspondente à participação de 19% do capital social da empresa. A participação financeira detida pela Fundação na Montepio Gestão

de Ativos – S.G.F.I., S.A. no valor de 75 euros refere-se à detenção de 15 ações representativas de 0,00625% do capital social da Sociedade.

A Fundação subscreeveu, em 4 de janeiro de 2017, 15% do capital da SAS Apostas Online, S.A. no valor de 75.000 euros, cujo objeto social consiste na exploração de jogos e apostas online, realização de sorteios promocionais e o exercício de atividades acessórias ou complementares das duas atividades anteriores.

A 22 de setembro de 2020, a Fundação efetuou um aumento de capital na SAS Apostas Online, S.A. no valor de 37.500 euros, mantendo a percentagem de participação no capital social da empresa.

Esta participação encontra-se provisionada em 100%.

5 Caixa e depósitos bancários

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais de investimento e de financiamento.

A 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se na sua maioria disponíveis para uso.

A rubrica de Caixa e depósitos bancários é constituída como segue:

	2020 Euros	2019 Euros
Caixa e depósitos bancários:		
Depósitos bancários à ordem	756 829	836 161
Depósitos Fundo de Garantia do Microcrédito - EAP	42 746	42 740
Depósito Fundo de Garantia do Microcrédito - Santa Casa da Misericórdia	28 175	27 984
Depósitos à Ordem	685 908	765 438
Depósitos bancários a prazo	81 316	81 444
	838 144	917 605

Em 2020 e 2019, os depósitos à ordem e a prazo encontram-se constituídos junto da Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. ("CEMG").

A rubrica Depósito Fundo de Garantia do Microcrédito – EAP regista o depósito do Fundo criado no âmbito do protocolo celebrado entre a Fundação Montepio Geral, o Montepio Geral Associação Mutualista, a CEMG e a Rede Europeia Anti Pobreza (conforme nota 8).

A rubrica Depósito Fundo de Garantia do Microcrédito – Santa Casa da Misericórdia, inclui o Fundo criado no âmbito do Protocolo de Cooperação entre a Fundação Montepio Geral, o Montepio Geral Associação Mutualista, a CEMG e a Santa Casa da Misericórdia (conforme nota 8).

NS
L
41
Jue.

6 Fundos

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, os Fundos da Fundação ascendem a 498.798 euros.

Os Fundos da Fundação são constituídos pela dotação inicial de capital realizada pelo Montepio Geral Associação Mutualista, em 4 de outubro de 1995, no montante de 249.399 euros e por um reforço de igual montante efetuado também pelo Montepio Geral Associação Mutualista, em 30 de dezembro de 1997, conforme Artigo 5º dos Estatutos.

7 Reservas e Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Reservas e Resultados transitados inclui a aplicação de resultados do exercício anterior.

Esta rubrica é analisada como segue:

	2020	2019
	Euros	Euros
Reservas	528 677	528 677
Resultados Transitados	219 145	75 414
	747 822	604 090

8 Outras dívidas a pagar

Esta rubrica é analisada como segue:

	2020	2019
	Euros	Euros
Outros custos por pagar	62 394	3 288
Outros credores	70 922	70 921
Prémio D. Dmís	74 916	86 687
	208 232	160 896

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica outros custos por pagar diz respeito, maioritariamente, a compromissos com várias Instituições no âmbito da concessão de donativos e prémios a liquidar no decurso do exercício seguinte.

A 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de Outros credores corresponde aos Fundos de Garantia do Microcrédito, conforme nota 5. Estes fundos têm como objetivo único cobrir as situações de incumprimento no âmbito do microcrédito concedido pela CEMG ao abrigo dos protocolos referidos anteriormente, tendo sido constituídos com dotações da Fundação Montepio Geral, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Rede Europeia Anti-Pobreza, através de depósitos efetuados na CEMG, em nome da Fundação Montepio Geral.

A rubrica Prémio D. Dinis regista os valores a entregar a terceiros relativamente à gestão deste prémio efetuado pela Fundação.

9 Subsídios, doações e legados à exploração

Esta rubrica é analisada como segue:

	2020 Euros	2019 Euros
Doações:		
Montepio Geral Associação Mutualista	500 000	1 000 000
	<u>500 000</u>	<u>1 000 000</u>

10 Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2020 Euros	2019 Euros
Serviços Auditoria Externa	6 175	6 150
Serviços de Consultoria	2 952	-
Outros	8 028	18
	<u>17 155</u>	<u>6 168</u>

Em 2020, a rubrica de Outros inclui despesas de organização de eventos, no valor de 6.976 euros.

11 Outros rendimentos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2020 Euros	2019 Euros
Outros rendimentos:		
Consignação de IRS e IVA suportado	104 866	128 269
Donativos - Cartão + Vida	16 655	20 225
Outros donativos	-	42 150
Outros	-	-
	121 521	190 644

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica Outros Donativos diz respeito ao donativo recebido da KPMG, no valor de 6.150 euros, e ao donativo da SAS, no valor de 36.000 euros.

12 Outros gastos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2020 Euros	2019 Euros
Donativos e prémios concedidos	715 382	1 053 527
Quotizações	500	3 500
Prémios distribuídos Álvaro Machado	500	500
Prémios distribuídos Alberto Jorge	250	250
Outros	423	856
	717 055	1 058 633

A rubrica "Donativos e prémios concedidos" inclui (i) o montante de 475.015 euros (2019: Euros 553.541) referente a donativos no âmbito do projeto "Frota Solidária Montepio", (ii) o montante de 70.000 euros referente ao donativo concedido à APM - Associação Portuguesa de Mutualidades no âmbito da campanha promovida pela APM-RedeMut em colaboração com a CNIS, com o lema «Doar, para proteger quem cuida», (iii) o montante de 50.000 euros referente ao donativo ao CEiiA - Centro de Engenharia e Desenvolvimento para o desenvolvimento e doação de ventiladores ATENA aos hospitais portugueses, (iv) o montante de 25.000 euros referente ao donativo à Associação Alzheimer Portugal no âmbito do projeto "Cuidar Melhor", (v) o montante de 25.000 euros referente ao donativo à APPCDM do Porto no âmbito do CRIDEM - Concurso Nacional de Obras de Expressão Plástica de Pessoas com Deficiência Intelectual e 70.369 euros referente a outros donativos e prémios concedidos.

13 Imparidade de investimentos não depreciáveis (perdas/reversões)

A rubrica Imparidade de investimentos não depreciáveis (perdas/reversões) é analisada como segue:

	2020 Euros	2019 Euros
Perdas ou reversões de imparidade de investimentos não		
Perdas /reversões imparidade - Investimentos Financeiros (Nota 4)	37 500	-
	<u>37 500</u>	<u>-</u>

14 Aumentos/reduções de justo valor

Esta rubrica é analisada como segue:

	2020 Euros	2019 Euros
Aumentos/reduções de justo valor	(36 790)	11 540
	<u>(36 790)</u>	<u>11 540</u>

A rubrica respeita às variações de valor da carteira de Investimentos Financeiros.

15 Juros e rendimentos similares obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2020 Euros	2019 Euros
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de ativos financeiros detidos	8 225	6 374
Juros de depósitos a prazo	130	293
	<u>8 355</u>	<u>6 667</u>

[Handwritten signatures and initials]

16 Juros e encargos similares suportados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2020 Euros	2019 Euros
Juros e encargos similares pagos:		
Juros e encargos similares pagos	652	318
	652	318

17 Transações com partes relacionadas

O conjunto de partes relacionadas da Fundação Montepio Geral é apresentado como segue:

Conselho de Administração:

Virgílio Manuel Boavista Lima
Carlos Vicente Morais Beato
Idália Maria Marques Salvador Semão
Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

Conselho Fiscal:

Ivo Jorge de Almeida Santos Pinho
Ana Paula de Jesus Harfouche
Isabel Margarida Carvalho Simões Cidras Guimarães

Conselho de Curadores:

Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Piná
Maria Joaquina Madera
Maria João Nicolau Santos
Carlos Manuela Tsvares da Silva

Outras Partes Relacionadas:

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Soc. Unip. S.A.
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Bolsino - Gestão Activos S.A.
Cabo Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.
Carteira Imobiliária - F.I.E.L.A.
Cesource, ACF.
Clínica CUF de Belém, S.A.
Clínica de Serviços Médicos Comp. Belém, S.A.
Finbanco Angola, S.A.

Outras partes relacionadas (cont.):

Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
ITA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
In Posterum - ACF.
Leacock Prestação de Serviços Limitada
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.R.L.
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.
Montepio Arrendamento - F.I.E.L.A. Habitacional
Montepio Arrendamento II - F.I.E.L.A. Habitacional
Montepio Arrendamento III - F.I.E.L.A. Habitacional
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Montepio Geral Associação Mutualista
Montepio Gestão de Activos - S.G.E.L. S.A.
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACF.
Montepio Holding, SGPS, S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio, Residências para Estudantes, S.A.
Montepio Seguros SGPS, S.A.
Montepio Valor - Soc. Gestora de Fundos de Inv., S.A.
Novacambios - Instituição de pagamento, S.A.
Polares - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Portugal Estates Fund - F.I.E.F.
Residências Montepio - Serviços de Saúde, S.A.
SAGIES - Segurança e Higiene No Trabalho, S.A.
Sangüincentivo, Soc. De Serv. Aux. E de Gestão de I. S.A.
SILVIP - Soc. Gestora F.I.E.L.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.

À data de 31 de dezembro de 2020, os débitos e créditos pela Fundação sobre partes relacionadas representadas ou não por títulos, incluindo rubricas de Depósitos bancários, Investimentos financeiros são analisados como segue:

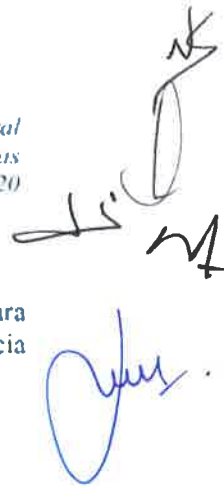
	Caixa e depósitos bancários Euros	Participações Financeiras Euros	Saldo em 31 de dezembro 2020 Euros
Caixa Económica Montepio Geral	838 144	-	838 144
Leacock, S.A.	-	149 639	149 639
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.L, S.A.	-	75	75
	838 144	149 714	987 858

À data de 31 de dezembro de 2019, os débitos e créditos pela Fundação sobre partes relacionadas representadas ou não por títulos, incluindo rubricas de Depósitos bancários, Investimentos financeiros são analisados como segue:

	Caixa e depósitos bancários Euros	Participações Financeiras Euros	Saldo em 31 de dezembro 2019 Euros
Caixa Económica Montepio Geral	917 605	-	917 605
Leacock, S.A.	-	149 639	149 639
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.L, S.A.	-	75	75
	917 605	149 714	1 067 319

À data de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os ganhos e perdas da Fundação sobre partes relacionadas incluídos nas rubricas de Subsídios, doações e legados à exploração, Outros rendimentos e Juros e rendimentos similares obtidos são analisados como segue:

	2020 Euros	2019 Euros
Ganhos		
Montepio Geral Associação Mutualista	500 000	1 000 000
Caixa Económica Montepio Geral	16 655	20 225
Cartão + Vida	130	293
Juros de depósitos a prazo	516 785	1 020 519



18 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço e antes das demonstrações financeiras terem sido autorizadas para emissão não se verificaram transações e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

19 Divulgações exigidas por diplomas legais

Após a data de balanço e antes das demonstrações financeiras terem sido autorizadas para Informação requerida pelo Artigo 66-A e pelo Artigo 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

- Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverão impactos financeiros a reportar.
- O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo apurado, no montante de 179.276 euros seja transferido para Resultados transitados.
- Detalhe dos honorários faturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas excluindo IVA:

	2020 Euros	2019 Euros
Auditoria	5 (XX)	5 (XX)
	<u>5 000</u>	<u>5 000</u>

Informações requeridas pelo artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

- A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.



Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Montepio Geral (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.275.576 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.067.344 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 179.276 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de atividade e contas nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação das demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel.: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividade e contas com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de atividade e contas

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividade foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

4 de maio de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Fernando Manuel Miguel Henriques, R.O.C.

FUNDAÇÃO MONTEPIO GERAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2020

Exmos. Senhores Curadores,

De acordo com o disposto no artigo 19.º dos Estatutos da Fundação Montepio Geral, compete ao Conselho Fiscal elaborar um Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. INTRODUÇÃO

A Fundação Montepio desenvolve, no seio do Grupo Montepio, uma atuação consistente e alinhada com a missão e a matriz mutualista. Com efeito, mais do que assegurar a representação do Grupo em diversas estruturas nacionais e internacionais, a Fundação Montepio Geral (adiante designada Fundação) tem tido uma participação ativa e, por vezes, fulcral no apoio a muitas iniciativas realizadas pela comunidade, o que reflete bem o seu compromisso e empenho no domínio da responsabilidade social externa do Grupo Montepio.

O exercício de 2020 ficou indelévelmente marcado pelos efeitos devastadores da pandemia da covid-19 nas comunidades mais desfavorecidas. Contudo, e não obstante a redução da dotação atribuída pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, a Fundação manteve a continuidade da sua linha de atuação e desenvolveu um papel importante no apoio a 44 projetos/instituições enquadrados no âmbito do Plano de Ação, aplicando um valor total de 718 834 euros.

Importa sublinhar que, desse valor, 480 514 euros foram aplicados em dois projetos próprios, 475 014 euros na “Frota Solidária” e 5 500 euros no “Prémio

Voluntariado Jovem". O projeto "Frota Solidária" consubstanciou-se na entrega, em 2020, de 15 viaturas de transporte de passageiros a igual número de organizações da economia social. De realçar que, refletindo o ajustamento decorrente da redução das receitas anuais, o projeto "Frota Solidária" absorveu cerca de 99% dos recursos afetos aos projetos próprios da Fundação e cerca de 95% da dotação anual atribuída pelo MGAM.

Parece, pois, conveniente melhorar a distribuição de recursos no âmbito dos projetos próprios, bem como promover maior diversificação no cômputo geral dos projetos apoiados.

2. TRABALHOS REALIZADOS

De forma a cumprir as suas funções legais e estatutárias, o Conselho Fiscal desenvolveu os seguintes trabalhos:

- a. Procedeu à leitura da informação relevante produzida no decurso do exercício de 2020;
- b. Reuniu com responsáveis da Fundação de forma a identificar os problemas mais relevantes de cada área, bem como os procedimentos e controlos internos administrativos e operacionais que estão em vigor,
- c. Reuniu com os Auditores Externos de forma a assegurar que os procedimentos de auditoria estabelecidos foram seguidos e que não ficaram por reportar nem ajustar quaisquer situações que pudessem originar a emissão de uma opinião com reservas.

3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Da análise efetuada ao Relatório e Contas da Fundação Montepio Geral, destacam-se os factos mais relevantes ocorridos entre 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2020:

- a. A redução da dotação anual atribuída pelo Montepio Geral – Associação Mutualista à Fundação, de 1 000 000 euros para 500 000 euros;
- b. A diminuição dos donativos relativos à Consignação Fiscal recebida da Autoridade Tributária, de 0,5% da Coleta do IRS liquidado aos sujeitos passivos e de 15% do IVA suportado, de 128 269 euros para 104 866 euros;

- c. A quebra abrupta das receitas anuais que, não tendo sido totalmente compensada pela redução do nível de custos assumidos pela Fundação, implicou o apuramento de um Resultado líquido negativo, no montante de 179 276 euros;
- d. A retração do Ativo total, de 1 407 516 euros em 2019, para 1 275 576 euros em 2020, compreendendo, neste último ano, investimentos financeiros e depósitos bancários nos montantes de 437 432 euros e de 838 144 euros, respetivamente;
- e. O reforço do investimento financeiro feito na sociedade anónima SAS Apostas Online, em 37 500 euros, acompanhando o aumento do Capital Social feito pela sociedade e mantendo, desta forma, a participação financeira da Fundação em 15% do Capital Social da SAS Apostas Online;
- f. A constituição de Imparidade de investimentos não depreciáveis de igual valor ao reforço do investimento financeiro feito na sociedade SAS Apostas Online, de 37 500 euros, continuando a classificá-lo como um ativo não produtivo, não obstante se perspetivar o recebimento de dividendos a partir de 2022,
- g. O aumento do Passivo, de 160 896 euros para 208 232 euros, composto, na sua quase totalidade, por compromissos assumidos com o Fundo de Garantia de Microcrédito da SCML, com o Fundo da EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza e com donativos e prémios atribuídos em 2020 mas que se encontram a aguardar a emissão de recibo para serem pagos.

Tr
A
P

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Fundação Montepio Geral foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março. Este procedimento é idêntico ao que foi seguido no ano anterior.

5. REVISÃO DAS CONTAS

Após o encerramento do exercício o Conselho Fiscal apreciou os documentos de prestação de contas que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020, a Demonstração dos resultados, a Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, bem como o Relatório de Gestão e respetivos anexos.

Na apreciação das Demonstrações financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em consideração o Relatório de Auditoria emitido pelos auditores externos, PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., entidade que acompanhou e auditou ao longo do ano de 2020 a atividade e as contas que foram elaboradas nos termos legais e estatutários. O documento produzido pela referida entidade foi apresentado sem reservas.

PARECER

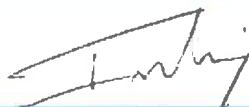
Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação Montepio Geral em 31 de Dezembro de 2020.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Relatório de Gestão e às Demonstrações Financeiras da **Fundação Montepio Geral**, referentes a 31 de Dezembro de 2020, dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados:

- a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, apresentados pelo Conselho de Administração, e
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Lisboa, 5 de Maio de 2021

O CONSELHO FISCAL



Ivo Pinho – Presidente



Ana Harfouche – Vogal



Isabel Cidraís Guimarães – Vogal



Fundação
Montepio

Valores que nos unem